

Agradecimentos

A Fundação dos Media para a África Ocidental (MFWA) gostaria de agradecer a colaboração do Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social (SINJOTECS) na preparação deste relatório sobre a segurança das mulheres jornalistas na Guiné-Bissau.

Também apreciamos o trabalho de pesquisa e redação da jornalista e consultora Noémia Gomes da Silva.

Por último, reservamos um reconhecimento especial à International Freedom of Expression Exchange (IFEX) pelo seu apoio financeiro a este projeto de relatório.

Índice

Agradecimentos.....	1
Resumo	3
Introdução	4
Metodologia.....	5
Visão geral breve do quadro legal da de comunicação social.....	6
I. Visão geral do ambiente para a segurança de jornalistas	7
II. Questões e desafios relacionados à segurança de mulheres jornalistas (online e offline)	8
1. Representação das mulheres na comunicação social	8
2. Ataques à Segurança das Mulheres Jornalistas	10
3. Fatores culturais	11
Conclusão	12
Recomendações.....	13

Resumo

O presente relatório sobre as seguranças das mulheres explora as ameaças e violações de segurança das mulheres jornalistas na Guiné-Bissau. Ao todo participaram neste estudo 19 pessoas. Entre as quais, mulheres profissionais de comunicação social, gestores de órgãos de comunicação, os líderes sindicais e as associações da classe jornalística.

O relatório revela que a percentagem das mulheres na atividade jornalística comparativamente à dos homens está ainda muito aquém das expectativas, é largamente inferior (80% contra 20%). Além disso, há casos de assédio sexual, tanto nas redações como no terreno, e as oportunidades limitadas ou quase inexistentes de desenvolvimento profissional para as mulheres.

Algumas mulheres jornalistas sentem-se oprimidas pelos seus superiores. Esta situação torna difícil para as mulheres jornalistas que têm frequentemente receio de serem despedidas. Além disso, a maioria das mulheres jornalistas vítimas dessas violações, tendem a permanecer em silêncio, especialmente em casos de assédio sexual, visto que tais casos dificilmente são corrigidos mesmo quando denunciados, sendo as vítimas frequentemente escarnecidas, repreendidas e responsabilizadas pelo seu calvário. Esta atitude nasce da influência da cultura e dos valores tradicionais.

Para além das violações offline, outras jornalistas admitiram ter sido alvo de insultos e ameaças nas redes sociais devido a publicação dos seus artigos, desde momento que não alinham com algumas correntes, sejam políticas, assim como sociais e ou religiosas.

Além disso, há outras práticas socioculturais que influenciam tais comportamentos quase em todos os grupos étnicos do país as mulheres são treinadas para as tarefas domésticas, nem sempre tiveram oportunidades iguais aos dos rapazes, sobretudo no que concerne ao acesso a educação. Estes fatores influenciam o seu exercício profissional de várias ordens.

Há também um desconhecimento dos diferentes tipos de assédio sexual, tanto por parte dos homens como, por vezes, das mulheres. Isto cria as condições para a proliferação deste tipo de violação.

A propósito, as soluções encontradas para estes males que afetam a segurança das mulheres jornalistas, foram recomendados investimentos nas seguintes áreas. Estes incluem formação e capacitação técnica para mulheres jornalistas em segurança, ética,

direitos humanos, reportagem e monitorização do assédio sexual no local de trabalho, promoção da igualdade e equidade de género.

Estas recomendações foram apoiadas pelas conclusões inerentes ao relatório, que também destaca uma forte vontade das mulheres jornalistas de abordar estes obstáculos que põem em perigo a sua segurança e o seu empoderamento profissional.

Introdução

As mulheres jornalistas e profissionais da comunicação social na Guiné-Bissau enfrentam frequentemente ataques e ameaças específicas que afetam a sua segurança. Os seus direitos são frequentemente violados e as violações passam despercebidas na maioria dos casos. Este relatório fornece uma visão geral dos resultados de um estudo sobre a segurança das mulheres jornalistas na Guiné-Bissau realizado pela Fundação dos Media para a África Ocidental (MFWA).

O estudo visa promover o empoderamento das mulheres no jornalismo, melhorando a sua segurança online e offline através da investigação, reportagem, envolvimento e sensibilização de todos os intervenientes envolvidos no jornalismo sobre os desafios enfrentados por estas mulheres profissionais dos meios de comunicação social.

Segundo a reportagem, as mulheres jornalistas enfrentam vários obstáculos no seu trabalho diário, incluindo assédio sexual (nas redações e no campo), dominação masculina nas redações e tetos de vidro.

O domínio masculino na redação e a falta de oportunidades para assumir posições de liderança nas organizações onde trabalham estão entre os principais desafios enfrentados por mulheres profissionais da comunicação social. Algumas mulheres jornalistas sentem-se diariamente oprimidas e até ameaçadas pelos seus chefes nas redações, o que leva ao desconforto e até ao medo de serem marginalizadas.

Quanto à sua presença online, outros jornalistas confessaram que já foram alvo de insultos e ameaças nas redes sociais devido à sua pertença a um determinado meio de comunicação social.

A maioria das mulheres jornalistas abusadas tende a permanecer em silêncio, especialmente em casos de assédio sexual. Segundo o relatório, esta resposta ao abuso pode estar relacionada ao facto de casos anteriores não terem sido adequadamente tratados, com as vítimas a sofrer um estigma social. Alguns são desencorajados de

denunciar não foram tomadas medidas para identificar as diferentes situações de assédio sexual ou mesmo aquelas ligadas a questões culturais.

Contudo, apesar dos desafios enfrentados pelas mulheres jornalistas, existe uma vontade de abraçar as suas carreiras com profissionalismo e uma coragem de enfrentar todos estes obstáculos que põem em perigo a sua segurança e, conseqüentemente, a sua emancipação profissional. Um raio de esperança, segundo a reportagem, advém do facto de a maioria das jovens que praticam jornalismo receberem formação no terreno.

Em conclusão, existe uma necessidade de formação técnica para as mulheres em segurança, tanto na redação como no terreno, para que possam enfrentar os desafios da profissão. Há também necessidade de formar mulheres jornalistas na gestão de ferramentas em linha, direitos digitais, direitos humanos, igualdade de género, ética e deontologia profissional.

Metodologia

O estudo foi preparado com base numa abordagem participativa que seguiu um processo inclusivo de audição de diferentes atores dos meios de comunicação social. Baseou-se na utilização de vários métodos de recolha de informação, incluindo análise documental, grupos focais e entrevistas com profissionais dos media femininos na Guiné-Bissau. Atingiu um total de 19 atores dos media, incluindo 10 mulheres profissionais dos media públicos, privados e comunitários, 4 organizações de advocacia dos media, e 5 gestores de media.

A abordagem metodológica respeitou a delimitação da pesquisa, ou seja, foca essencialmente nos problemas que afetam negativamente atividade profissional das mulheres jornalistas incluindo:

- O nível de conhecimento e capacidades técnicas que as mulheres profissionais e comunicação social dispõem para enfrentar barreiras relacionadas aos assédios sexuais;
- As visões críticas das mulheres face as ameaças e insegurança no terreno;
- As estratégias adotadas pelas mulheres profissionais de comunicação social, para fazer face à precariedade laboral;
- Descrever os principais obstáculos à emancipação feminina na profissão jornalística;

- Identificar os fatores que influenciam a pobreza do setor jornalístico;
- Compreender até que ponto, as organizações da classe atuam face as denúncias de assédio sexual, cuja mulheres de profissionais de comunicação social, são vítimas.

Visão geral breve do quadro legal da de comunicação social

O direito à informação (artigo 34) e a liberdade de imprensa (artigo 56) estão consagrados na Constituição de 1996 e nas leis de imprensa. O artigo 51 da Constituição declara que «Todos têm direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento por qualquer meio ao seu dispor, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informado sem impedimento nem discriminações».

Uma variedade de leis regulamenta os meios de comunicação social na Guiné-Bissau. Entre eles, podem ser citados os seguintes:

- Lei da Imprensa Escrita e de Agência de Notícias – N.º 1/2013;
- Lei da Liberdade de Imprensa – N.º 2/2013;
- Lei da Televisão – N.º 3/2013;
- Lei da Radiodifusão – N.º 4/2013;
- Estatuto do Jornalista – N.º 5/2013.
- Lei da Publicidade – N.º 6/2013;
- Lei do Direito de Antena e Réplica Política – N.º 7/2013;
- Lei do Conselho Nacional de Comunicação Social – N.º 8/2013.

O artigo 56 da Constituição de 1996 estipula também a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, um órgão independente cuja composição e funcionamento são definidos por lei, a fim de garantir as disposições contidas no referido artigo e de assegurar o respeito pelo pluralismo ideológico.

O artigo 57 autoriza os partidos políticos a terem tempo de antena na rádio e televisão. Esta disposição levou ao aparecimento de várias iniciativas privadas através da criação de empresas de comunicação social, particularmente no domínio da rádio e dos jornais, às quais se juntaram subsequentemente iniciativas que levaram à proliferação de estações de rádio comunitárias.

Em 2018, o Media and Communications Innovation Consortium (CMICS), do qual o sindicato de jornalistas SINJOTECS é membro, em parceria com o United Nations

Integrated Peacebuilding Office (Uniobis), criou um pacote de leis sobre a imprensa, incluindo a imprensa online. Contudo, o referido documento ainda não foi discutido e nem aprovado pelo governo, que também participou no processo através do Ministério da Comunicação.

I. Visão geral do ambiente para a segurança de jornalistas

Os jornalistas e os meios de comunicação social têm sido vítimas de rusgas, agressões físicas e espancamentos, destruição de equipamento, bem como assaltos à mão-armada, ameaças e intimidações. Portanto, uma visão geral do ambiente da comunicação social sugere um ambiente hostil ao jornalismo, uma vez que não foram julgados casos de violações da liberdade de imprensa ou crimes contra jornalistas e os meios de comunicação social, ou seja, existe uma clara impunidade para crimes contra jornalistas.

Outro fator a ter em consideração são as legislações poucas claras que são aplicadas pelas autoridades para obstaculizar o exercício dos órgãos de comunicação social. Recentemente o governo ordenou o encerramento de mais 79 rádios em abril de 2022, fundamentando o pagamento das taxas de licença de funcionamento a base de uma legislação inacabada, ou seja, a lei n.º 4/2013 da Radiodifusão de 25 de junho.

O Artigo 3(1) da lei estabelece que a atividade de radiodifusão pode ser exercida por entidades públicas, cooperativas ou privadas, de acordo com a presente lei, as normas internacionais aplicáveis e com regime de licenciamento definido por decreto de Concessão de Alvará para o exercício da radiodifusão, salvaguardados os direitos já adquiridos pelos operadores devidamente autorizados. Já no ponto 2, determina que o exercício da atividade de radiodifusão, com exceção do serviço público, carece de licença, a conferi de acordo com o regime de licenciamento a definido por decreto.

Pelos vistos, no momento da tomada da referida medida política, não existia o decreto que regulamentava o processo de concessão de alvará, para o exercício radiofónico, ou seja, a medida é ilegal, mas aplicou-se e teve efeitos devastadores para as rádios, a maioria foram obrigadas a cessar as emissões até, avançar com partes de pagamento exigidos.

A maior vítima foi a Rádio Capital, que não pôde retomar as suas emissões, porque o Governo, através do Ministério das Comunicações, alegou violações do protocolo relacionadas com a ausência de informação sobre a mudança de instalações da Rádio, do Bairro Militar para o Bairro Belém. O Governo requereu mesmo à Rádio que

solicitasse uma nova licença para o seu funcionamento, após ter recebido e emitido um recibo de pagamento das dívidas contraídas pela Rádio Capital, no valor de 1.000.000 Francos CFA.

O nível da impunidade sobre crimes cometidos com os profissionais de comunicação social é muito elevado, visto que a maioria dos casos ou quase todos, os autores não são identificados pelas autoridades, alegaram sempre que são casos isolados. Apesar do alcance dos crimes contra jornalistas, o Governo não se dignou a conduzir investigações para identificar e responsabilizar os infratores.

II. Questões e desafios relacionados à segurança de mulheres jornalistas (online e offline)

1. Representação das mulheres na comunicação social

Numa observação feita na universidade Lusófona da Guiné, constata-se que na turma de 4º do ano letivo 2022/23, existem 18 estudantes, entre as quais 17 meninas e 01, rapaz. Muitas mulheres estão, portanto, a obter diplomas universitários em jornalismo. Contudo, segundo um estudo realizado em maio de 2022 pela Associação de Mulheres Profissionais de Comunicação Social (AMPROCS) em parceria com a Associação para a Cooperação entre os Povos (ACEP) e financiado pelo Instituto Camões, os homens representam 80% dos atores dos meios de comunicação e as mulheres 20%.

Na Guiné-Bissau, existem 12 Rádios Privadas em funcionamento. Nas lideranças destas instituições, temos apenas três(3) mulheres nas funções de liderança, como demonstra a tabela nº 1. As participantes do estudo para produção do presente relatório são de opinião que, o facto da liderança dos órgãos de comunicação social é dominado pelos homens constitui um obstáculo na afirmação profissional das mulheres no setor da comunicação social.

Tabela 1: Identifica as três mulheres com funções de liderança nas rádios privadas da Guiné-Bissau.

Nº	Nome	Rádio Privada	Função
01	Margarida Correia	Rádio Nossa	Diretora
02	Djariatu Baldé	Rádio Jovem	Vice-chefe de Redação

03	Elisangela dos Santos	Rádio Sol Mansi	Diretora de Informação
----	-----------------------	-----------------	---------------------------

Nas funções diretivas, só uma mulher está no posto da diretora. É a Margarida Correia da Rádio Nossa, uma estação emissora pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus. De seguida a Elisangela dos Santos da Rádio Sol Mansi, que pertence a Igreja Católica, exerce a função da Diretora de Informação. Por último a Djariatu Baldé da Rádio Jovem, este órgão de comunicação social, pertence a Rede das Associações Juvenis da Guiné-Bissau, ela é a Vice-chefe de Redação.

A tabela nº 2 abaixo é o domínio total dos homens nas lideranças dos quatro (4) órgãos públicos de comunicação social.

Tabela nº 2 – Liderança nos órgãos públicos de comunicação social

Nº	Nome	Órgãos públicos	Função
01	Amadu Djamana	Televisão da Guiné-Bissau	Diretor
02	Abduramane Djaló	Jornla Nô Pintcha	Diretor
03	Mamasaliu Sane	Rádio Nacional	Diretor
04	Salvado Gomes	Agência de Notícia da Guiné	Diretor

Quanto às rádios e televisões comunitárias, das 40 estações de rádio e 4 estações de televisão, apenas uma é encabeçada por uma mulher. Esta é Rádio e Televisão Comunitária, só a Rádio Mulher de Bafatá dada a sua particularidade. As mulheres assumem todas as funções da direção porque só trabalha neste órgão de comunicação social as mulheres.

A nível dos sindicatos dos meios de comunicação, pode ser observado um certo equilíbrio a nível da gestão, como se pode ver na Tabela 3. No entanto, ao nível da gestão intermédia, os homens são a maioria.

Tabela nº 3 – Liderança nas organizações da classe jornalística

Nº	Nome	Organização	Função
01	Indira Correia Baldé	SINJOTECS	Presidente
02	Paula Melo	Associação de Mulheres Jornalistas	Presidente

03	António Nhaga	Ordem dos Jornalistas	Bastonário
04	Pedro Vençã Gomes	Rede Nacional das Rádios Comunitárias	Coordenador

Nesta tabela, nota-se um equilíbrio de género nas lideranças das organizações com vocações para defesa dos interesses de jornalistas e na promoção da liberdade de imprensa e liberdade de expressão.

2. Ataques à Segurança das Mulheres Jornalistas

As mulheres jornalistas enfrentam frequentemente comentários depreciativos que nada têm a ver com o seu trabalho ou capacidades e são vítimas de obsessão chauvinista com a sua aparência e vestir-se. As suas imagens são frequentemente divulgadas nas redes sociais, que incluem plataformas de grupo privadas WhatsApp, e discutidas em termos sexistas. Quando um partido político ou um político se sente ofendido com o que foi escrito ou transmitido por mulheres jornalistas, elas libertam o seu exército ‘troll’ sobre os jornalistas “ofensores”. Estes militantes pagos enviariam várias mensagens de texto e convocariam programas de difusão para atacar a credibilidade e a personalidade dos seus alvos. Inundariam os meios de comunicação social com a sua campanha de difamação e até enviariam mensagens e ameaças, incluindo ameaças de violação, diretamente aos seus alvos.

Por exemplo, a jornalista Indira Correia Baldé da Rádio e Televisão Portuguesa (Rádio e Televisão de Portugal) foi vítima de insultos nos meios de comunicação social por parte de apoiantes de partidos políticos pró-governamentais sediados na Guiné-Bissau, porque não concordam com como ela aborda as questões políticas do país. Este é um ataque sistemático à sua honra pessoal e ao seu profissionalismo.

Outro caso é o da jornalista Fátima Tchumá Camará da Rádio Difusão Nacional da Guiné-Bissau e correspondente da RDP-África. Ela também tem sido vítima de insultos nos meios de comunicação social por ativistas pró-governamentais.

Embora as campanhas de difamação também possam ser dirigidas aos jornalistas masculinos, estes são alvo de discriminação sexual quando os alvos são mulheres. É frequentemente a sua aparência, a sua vida privada e questões sobre as suas relações. Por vezes, são criadas histórias caluniosas sobre a sua relação com algumas pessoas sem nome, no meio de ameaças de revelar mais, se o jornalista persistir em publicar ou transmitir a informação «hostil».

É relatado que ao entrarem em contacto com jornalistas do sexo feminino no decurso do trabalho, alguns funcionários masculinos assumem ter-se tornado amigos destes jornalistas.

Eles chamá-los-ão, mesmo a horas estranhas e, por vezes, importuná-los-ão com propostas. Em alguns casos, exigem sair com as jornalistas do sexo feminino.

Alguns homens convidam jornalistas do sexo feminino a receber pessoalmente informações que poderiam ser facilmente dadas por telefone ou pelo correio, como pretexto para se familiarizarem com elas, ou para fazerem progressos em relação a elas. Alguns até marcam encontros com uma jornalista nos seus escritórios, apenas para informar esta última na aproximação da hora marcada num local diferente e pedir, por vezes persuadindo a jornalista a encontrar-se com elas no referido local.

«Muitas vezes, estes novos locais são demasiado informais para conforto. É ou um restaurante exclusivo, ou um café, ou o parque de estacionamento de um local público tranquilo. De facto, alguns são até suficientemente ousados para o convidar a encontrar-se com eles num hotel», disse um dos inquiridos.

Demasiadas vezes, os interlocutores masculinos de jornalistas femininos abordam tópicos que são completamente irrelevantes.

«Estão frequentemente a intrometer-se nos seus assuntos privados, perguntando se é casado, se tem namorado, noivo ou filhos. É realmente perturbador, pois sabemos que eles não fazem perguntas semelhantes aos nossos colegas masculinos quando os envolvem», disse outro respondente.

3. Fatores culturais

As particularidades dos múltiplos grupos étnicos na Guiné-Bissau influenciam o processo de ingresso e da afirmação das mulheres nas carreiras profissionais. Desde a tenra idade, as mulheres são educadas para ser donas da casa, ou seja, cuidar da família. Os pais acreditam que estão a proteger a honra das suas filhas através deste investimento, que não é feito através da educação escolar, mas através da orientação sociocultural, com base nas crenças, valores e normas sociais definidas pelos seus grupos socioétnicos.

A influência da cultura também ajuda a elevar o ego dos homens que se julgam superiores. Quando estes últimos são confrontados com o número reduzido de mulheres emancipadas, fazem tudo para forçar as mulheres a aceitar a submissão; caso contrário, isso conduziria ao conflito. A minoria de mulheres que conseguem destacar-se academicamente e profissionalmente são alvos a serem reprimidos quando vão contra a lógica sociocultural.

Este é um fenómeno presente em todos os grupos étnicos onde as mulheres não são treinadas para enfrentar o mercado de trabalho com determinação, e os homens, por seu lado, não são educados para acolher a integração profissional das mulheres.

Além disso, os homens não vêem as mulheres como atores capazes de lidar com tarefas complexas. Por conseguinte, não devem desempenhar funções complexas e, sobretudo, não se devem posicionar onde se encontram. As mulheres, dada a sua sensibilidade, não devem ser colocadas em posições de grande responsabilidade.

A visão tradicional de que as mulheres devem tomar a sua própria precaução ao lidar com os homens é outro fator que promove a cultura de impunidade para o assédio sexual de jornalistas femininas. As mulheres devem observar a modéstia. Devem ter em mente a forma como se vestem e interagem com os homens, sem o que são responsáveis pelas consequências.

Numa sociedade altamente conservadora como a Guiné Bissau, a castidade é muito valorizada. Por esta razão, uma senhora é desencorajada pela sua família de denunciar o assédio sexual, por medo de ser evitada pelos pretendentes. Quando casadas, arriscam-se a ser divorciadas pelos seus maridos, que podem sentir-se escandalizadas pelo abuso sexual sofrido pelo seu cônjuge.

Infelizmente, não tem havido um esforço sustentado para combater os fundamentos culturais do preconceito contra as mulheres, incluindo jornalistas, o que alimenta ataques contra elas on-line e off-line.

Uma das formas de ultrapassar este conflito sociocultural é, portanto, sensibilizar constantemente os atores, o que é uma tarefa difícil, uma vez que a maioria dos atores para mudar a ordem são predominantemente homens, que são na sua maioria educados de uma perspectiva machista.

Conclusão

Os resultados obtidos levam-nos a concluir que é fundamental criar condições objetivas para promover a igualdade e equidade de género nas atividades jornalísticas. O forte desequilíbrio em termos de representação de homens e mulheres nos meios de comunicação (80% para homens contra 20% para mulheres) é um exemplo ilustrativo. Em termos de gestão dos media, os homens dirigem mais de 95% dos media e as mulheres 5%. A situação é quase semelhante na liderança das organizações representativas dos jornalistas, onde as mulheres representam 40% enquanto os homens representam 60%.

Embora o número de mulheres com ensino superior e/ou formação técnica seja proporcional ao dos homens, existe uma diferença em termos de experiência

profissional, uma vez que os homens gozam de mais privilégios e oportunidades de carreira.

Os fatores culturais também desempenham um papel importante na segurança das mulheres jornalistas. Eles admitiram que não estão habituados a denunciar o assédio sexual devido à sua orientação cultural. Além disso, a falta de conhecimento dos diferentes tipos de assédio sexual por parte de homens e mulheres cria as condições para a proliferação deste tipo de violação.

Quando estas violações ocorrem online, a falta de regulamentação para tratar destes casos é um obstáculo importante à prática do jornalismo e também à manifestação da liberdade de expressão nas redes sociais. Como resultado, as mulheres jornalistas são frequentemente obrigadas a evitar expressar opiniões e pontos de vista sobre um assunto de interesse público, a fim de evitar serem alvo de insultos e violência psicológica.

Recomendações

As ameaças para a segurança das mulheres jornalistas são múltiplas e afetam as mulheres de diferentes formas. A fim de combater estes males e melhorar o estado de segurança das mulheres jornalistas, foram feitas as seguintes recomendações à luz do que precede:

- Realizar uma campanha de sensibilização nas redações sobre o papel social das mulheres profissionais dos media. Depois estender esta iniciativa a outras instituições, tais como sindicatos dos meios de comunicação social, governo e outras entidades públicas e privadas;
- Criar regras internas que desencorajem o assédio sexual nas salas de redação;
- Formar as mulheres em questões de género, como diagnosticar, monitorizar e combater o comportamento social relacionado com o assédio sexual no local de trabalho;
- Criar uma campanha de sensibilização e educação cívica nas redações sobre equidade de género e igualdade na profissão;
- Formar as mulheres em matérias dos direitos humanos;
- Legislar, aprovar e publicar a lei de imprensa online;
- Formar as mulheres em matérias de segurança no terreno;

- Promover a igualdade e equidade de género através da sensibilização, mas especialmente através do investimento na educação social, começando pela família como instituição social primária, até às instituições secundárias, nomeadamente escolas, igrejas, mesquitas e locais de trabalho.



MEDIA FOUNDATION FOR WEST AFRICA

32 Otele Avenue, East Legon,

Telephone: +233 (0) 302 555 327

Twitter: @TheMFWA

Facebook: Media Foundation for West Africa

info@mfwawest.org

www.mfwawest.org



[@themfwa](https://twitter.com/themfwa)



www.mfwawest.org



[themfwa](https://www.facebook.com/themfwa)